

MANIFESTO PELA IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA OFERTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO – ENSINO MÉDIO INTEGRADO E PROEJA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ

A educação de nível médio no Brasil tem sido historicamente tensionada pela desarticulação entre formação geral e educação profissional. Essa polaridade, resultado em última análise da dualidade estrutural presente na sociedade, sintetiza a também histórica luta pela sua superação. Uma das possibilidades de enfrentamento desse quadro está na implementação de um projeto político pedagógico integrado que permita, ao tratar de modo indissociável a ciência, a cultura, a tecnologia e o trabalho, uma formação integral, posto que agregue elementos fundantes da vida em sociedade. Assegurar oferta pública de ensino de qualidade para os que se encontram na última etapa da educação básica é obrigação do Estado. Diante do reconhecimento desse contexto, a política pública no Estado do Paraná conferiu prioridade, nos últimos oito anos, à oferta integrada entre educação geral e formação profissional técnica de nível médio – Ensino Médio Integrado e, mais recentemente, essa oferta na modalidade Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

A decisão política de conferir prioridade à educação profissional técnica de nível médio de forma integrada – Ensino Médio Integrado e PROEJA, exigiu, como evidenciam os dados acerca dessa política, um conjunto de ações, desde a recomposição das escolas, de seu espaço físico, das proposições curriculares, da diversificação da oferta, e a formação continuada de professores. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio hoje está sendo ofertada em 170 municípios, em 339 Estabelecimentos da rede estadual de ensino do Paraná com um total de 96.810 alunos (noventa e seis mil duzentos e dez alunos). Foram realizadas 298 atividades de formação continuada para os professores; foram feitas ações no sentido de recomposição do espaço físico das escolas; construção de 18 (dezoito) Centros de Educação Profissional; reformas; ampliações; composição de acervo bibliográfico específico para os cursos técnicos; laboratórios básicos e laboratórios específicos. Essas atividades foram realizadas com recursos do Programa Brasil Profissionalizado totalizando um investimento em torno de 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Diante do quadro em que se insere a última etapa da Educação Básica no Brasil; dos desafios postos para a formação da juventude; do avanço político e pedagógico que o Ensino Médio Integrado protagoniza; e, principalmente, da necessidade de assegurar melhores condições de formação humana e profissional é que vimos nos manifestar com o indicativo de que **as escolas paranaenses se posicionem em defesa da manutenção da oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada – Ensino Médio Integrado e PROEJA**. Nós, professores e pesquisadores que de diversas formas nos envolvemos com o processo de implantação dessa política pública na rede estadual de ensino do Paraná, deixamos, a seguir, nossos depoimentos.

Assinam este Manifesto: Acácia Zeneida Kuenzer; Dante Henrique Moura; Domingos Leite Lima Filho; Edaguimar Orquizas Viriato; Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta; Mário Lopes Amorim; Marise Nogueira Ramos; Monica Ribeiro da Silva; Roberto Antonio Deitos.

29 de setembro de 2010

ENSINO MÉDIO INTEGRADO COMO TRAVESSIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA UNITÁRIA

Vivemos num país em que a educação, como mostram vários pensadores, nunca foi prioridade de fato, apenas prioridade de discurso. Os dados que apresentamos ao mundo, já no final da primeira década do século XXI na educação, contrastam vergonhosamente com os dados da riqueza produzida que projetam sermos a quinta nação em termos de produção (Produto Interno Bruto) até 2016). Riqueza concentrada na mão de minorias.

Ao longo do século XX convivemos com duas ditaduras e vários golpes institucionais. A cada mudança surgiram reformas na educação que não a melhoraram, mas a pioraram porque protagonizadas pela força e não como expressão da sociedade. Assim a ditadura civil militar de 1964 efetivou uma reforma da educação infantil à pós-graduação sob o auspício da ideia de que a educação tem que produzir capital humano. Esta ideologia buscou pagar as lutas pela educação básica aliadas a reformas de base na sociedade e acabar com a compreensão da educação básica e educação profissional serem direitos sociais e subjetivos universais.

Nos embates contra a ditadura e no processo de elaboração da nova Constituição e elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação produziu-se um acúmulo teórico e mobilização social em torno da educação integral centrada não no adestramento, mas no desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano. O *Fórum em Defesa da Educação Pública* (universal, gratuita, laica e unitária) expressou a síntese da elaboração teórica e da mobilização prática.

O golpe que veio na década de 1990, sob a ideologia neoliberal, veio com a ditadura do mercado. Não mais a sociedade passa ser a referência, mas as leis do mercado. Uma regressão mais violenta que os anos da ditadura na educação. Volta da dualidade e do economicismo mediante o Decreto 2.208/97. Agora o ideário ideológico é da pedagogia das competências e da empregabilidade, não mais o direito ao emprego. Este foi o ideário praticado como laboratório no Paraná na gestão Lerner e, a nível Nacional, sob a férrea indução do Ministério da Educação comandado por Paulo Renato de Souza.

O Plano de Desenvolvimento da Educação e a intensa atuação no desenvolvimento em todo o Estado do Paraná do Ensino Médio Integrado que articula densa formação básica e formação profissional, ao longo dos últimos oito anos constitui-se, sem dúvida, no que de mais avançado se tem no país hoje. Isto resulta da junção de forças ligadas às Universidades públicas, acúmulo da luta sindical e dos movimentos sociais e uma equipe dirigente teórica e tecnicamente preparada para coordenar um trabalho complexo, mas desenvolvido com intensa dedicação, com critérios balizados pela ética e o compromisso com a sociedade. Uma construção exemplar de trabalho coletivo moldado no debate, na crítica construtiva e com intensa participação de coordenadores regionais e do professorado. Acompanhei como pesquisador e como interlocutor interessado, junto com outros colegas de várias partes do Brasil. Por ter a marca da construção coletiva e ser uma conquista daqueles que de fato constroem a educação, isso não pode ser interrompido. Ao contrário, oxalá que a equipe que assumir a gestão da educação no Paraná não só dê continuidade e aprofunde esta política, mas sirva de um denso e forte exemplo para todo o Brasil.

Gaudêncio Frigotto

Professor do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da
Universidade do Estado do Rio De Janeiro.

EM DEFESA DA CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO INTEGRADA, INTEGRAL E POLITÉCNICA

Tenho acompanhado ao longo destes últimos oito anos as ações da Secretaria de Estado da Educação do Paraná no que diz respeito à política pública para a educação básica, tanto na modalidade do ensino médio integrado à educação profissional, quanto na educação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA).

Ao acompanhar a prioridade conferida pela SEED-PR à educação profissional técnica de nível médio, adotando a concepção de formação integrada, integral e politécnica, tendo como eixos norteadores o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, pude constatar a importância destas ações que propiciaram matrículas para quase 100 mil alunos, além de incluir a formação inicial e continuada de professores, a capacitação de gestores e equipes pedagógicas, a construção e recuperação de infra-estrutura de centenas de escolas distribuídas por todo o Estado do Paraná.

Tenho a convicção de que ao assumir tal política educacional a SEED-PR vem contribuindo fortemente para a qualificação e democratização da educação básica, profissional e tecnológica - em âmbito estadual e nacional, tanto para adolescentes, quanto para jovens e adultos trabalhadores - mediante a garantia do direito subjetivo à educação em todos os níveis e modalidades.

Como professor da educação básica, técnica e tecnológica, pesquisador e coordenador de núcleos de pesquisa da área de trabalho e educação, professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (mestrado e doutorado) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná quero dar meu testemunho do acerto desta política pública, assumida com determinação pela SEED-PR, e destacar a importância de garantirmos a continuidade destas ações, como defesa do direito da população paranaense à educação pública de qualidade.

Domingos Leite Lima Filho

Doutor em Educação, Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

POR QUE FORMAÇÃO INTEGRADA?

Recentemente, sociedades científicas brasileiras, participantes da 4ª. Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, defenderam “Educação de qualidade – da educação infantil ao ensino superior”. O que significa educação de qualidade? Não temos documentos que nos permitam afirmações sobre a compreensão do termo no campo da educação matemática, da educação para as ciências, da educação no campo da física, da química, da biologia. Mas temos ideias bem formuladas sobre o que queremos quando falamos de formação integrada entre o ensino médio e a educação profissional.

E conhecemos de perto o esforço ingente da Secretaria de Educação do Paraná para levar o ensino médio a um patamar superior de formação humana de jovens e adolescentes de seu estado.

Educação profissional, ensino técnico e educação tecnológica são conceitos que se referem a práticas teóricas, com alguns aspectos comuns porque (i) partem da arte de fazer algo; (ii) que envolve a mente (inteligência, criatividade etc.) e o corpo (as mãos

são o símbolo dessa corporeidade); (iii) constitui-se como uma prática social e situa-se no tempo e no espaço, em determinados momentos da história e da cultura dos povos desde o início da humanidade. Seu denominador comum é a técnica ou as técnicas, as ciências e as tecnologias que foram sendo desenvolvidas para que o ser humano se apropriasse da natureza e gerasse os meios de vida (comer, abrigar-se, produzir e reproduzir-se).

O termo formação integrada se aproxima do conceito de politecnia, de educação unitária e de formação omnilateral, isto é, sua universalização para todos, independente da classe social e em todos os aspectos do desenvolvimento humano. Supõe, por isso, a superação da ideia da pedagogia das competências, unilateralmente definida em termos de adaptação estrita ao mercado de trabalho.

A busca da escolaridade de nível médio de qualidade supõe a formação integrada entre o ensino médio (formação geral em Física, Química etc.) e a educação profissional (formação específica em uma qualificação profissional); conhecimentos de economia e da história do trabalho e dos direitos do trabalho e da cidadania.

Do ponto de vista do país, a formação integrada favorece ter uma população jovem capacitada para o conhecimento, para o trabalho e para a vida. Ela corresponde à necessidade de trabalhar de muitos jovens que precisam contribuir no orçamento familiar e de outros que desejam autonomia financeira, social e familiar.

Quanto ao papel das políticas públicas, dos gestores e dos docentes na efetivação dessa qualidade, implica, primeiro, estudar o que significa a educação profissional, técnica ou tecnológica de qualidade; segundo, conhecer os sujeitos (alunos e professores), suas necessidades, aspirações e possibilidades; terceiro, desenvolvê-la como atividade coletiva na escola, o que exige estudo, debate e democracia de gestão em todos os procedimentos institucionais.

Sua realização supõe currículos organizados segundo as finalidades e critérios da educação expostos acima; condições materiais, técnicas e pedagógicas adequadas; atualização dos professores; e envolvimento das famílias no projeto político pedagógico da escola.

Maria Ciavatta

Professora da Universidade Federal Fluminense e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

AOS GESTORES E EDUCADORES DO ESTADO DO PARANÁ

Desde o ano de 2003, o Estado do Paraná assumiu a condução da política pública de educação, integrando a educação profissional técnica de nível médio ao ensino médio. Isto se fez com base no princípio do direito social e subjetivo da população jovem e adulta brasileira de ter acesso ao ensino médio e à educação profissional, mediante uma proposta político-pedagógica consistente, centrada na integração entre o trabalho, a ciência e a cultura, associada a condições de trabalho e de ensino-aprendizagem de qualidade.

Destacamos que o direito à educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio responde às necessidades desses jovens e adultos de adquirirem condições para a produção de sua existência por meio do trabalho, conjugada com a possibilidade de prosseguirem seus estudos. Portanto, a oferta desse tipo de formação é um compromisso ético-político do Estado para com sua população.

Ao mesmo tempo, ao estar comprometido com o desenvolvimento sócio-econômico da região e com a ampliação das condições de acesso dessa população aos bens materiais e culturais por ela produzido, é crucial que se entenda a oferta da educação profissional integrada ao ensino médio como uma ação política coerente com as necessidades de formação científica, tecnológica e cultural dessa mesma população.

Nesse sentido, o Estado do Paraná, por meio de sua Secretaria de Educação e com articulação com outros órgãos de governo, tanto foi pioneiro na condução séria, consistente e contínua dessa política, quanto se constituiu como referência para outros estados da federação e para o próprio governo federal na construção e consolidação da educação profissional integrada ao ensino médio como política pública coerente com as necessidades e com as reivindicações dos brasileiros. Também por este motivo, é neste Estado que se tem produzido estudos relevantes sobre a política educacional, especialmente na perspectiva da relação entre trabalho e educação, que subsidiarão os debates e a condução da política educacional brasileira dos próximos anos. Isto tem ocorrido devido a uma articulação interna ao seu sistema público de ensino e deste com outras instâncias, com destaque para a relação entre a gestão conduzida pela Secretaria de Educação, incluindo as coordenadorias regionais e as escolas, com a Universidade.

Nesse sentido, é razão de nota o intenso trabalho de formação de professores do Estado do Paraná realizado sistematicamente desde o ano de 2003. O mesmo destaque damos à realização de concurso público para docentes da educação profissional integrada ao ensino médio, a construção de um plano de carreira docente, a aquisição de equipamentos para gerar condições objetivas de ensino-aprendizagem adequadas aos propósitos e ao conteúdo desse tipo de formação, a melhoria da qualidade das instalações físicas das escolas, dentre outras medidas. Todas elas são demonstrações objetivas e materiais da intencionalidade política que sustenta essa proposta pedagógica, guiada pelo princípio do direito público, social e subjetivo, já referido.

Frente ao exposto, a não continuidade dessa política a partir do próximo governo é tanto inadmissível quanto infringiria o direito conquistado, além de gerar prejuízos econômicos, sociais e culturais incomensuráveis. O ônus político dessa medida para o grupo que assumirá o poder governamental no Estado é previsível.

Nesses termos, vimos manifestar nosso apoio incondicional à defesa não só da continuidade como da consolidação da política de educação profissional integrada ao ensino médio no Estado do Paraná, de modo tanto a garantir o direito conquistado quanto para que os desafios, os percalços e os êxitos dessa política sejam exemplos da seriedade com que governantes podem enfrentar os problemas sociais. Tal consolidação contribuirá, ainda, como já se tem feito, para a condução da política pública educacional do Brasil no sentido das necessidades e interesses de seus trabalhadores.

Marise Ramos

Doutora em Educação; Professora da UERJ e da EPSJV/Fiocruz.

ENSINO MÉDIO INTEGRADO PARA ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS: A CONSTRUÇÃO QUE NÃO PODE SER INTERROMPIDA NO PARANÁ

No Brasil, historicamente, a categoria mais apropriada para estudar a relação entre a educação geral e a formação profissional é a dualidade estrutural existente entre as duas. Isso é fruto de uma sociedade que tem sua gênese como Colônia escravocrata. Dessa forma, as camadas mais privilegiadas do ponto de vista econômico e social

sempre tiveram acesso a uma educação de cunho mais academicista voltada para as ciências, as letras e as artes visando à formação da classe dirigente. Enquanto isso, aos filhos da classe trabalhadora ou se lhes nega o acesso à educação escolar ou se lhes permite o ingresso em uma formação instrumental e precarizada destinada a formar *mão-de-obra* para o *mercado de trabalho*. Dessa forma, o sistema educacional funciona como meio de reprodução das classes sociais e mutila o ser humano durante sua escolarização, ao separar o que é inseparável, pensamento e ação, teoria e prática, ciência e tecnologia.

No passado mais recente, as políticas educacionais que melhor sintetizam e explicitam essa separação, foram concebidas e colocadas em prática no Brasil na segunda metade dos anos 1990 e no início desta década. Assim, o Decreto nº 2.208/1997 foi ícone na esfera educacional de um pensamento e das ações que promoveram a privatização do estado brasileiro. No campo educacional, esse Decreto e o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) foram os instrumentos que legalizaram as ações destinadas a ratificar a dualidade entre formação profissional e educação geral e a transferir recursos públicos à iniciativa privada, travestida de *segmento comunitário*.

Nessa perspectiva, o ensino médio integrado à educação profissional retoma, a partir de 2003, discussões convergentes dos anos 1980 sobre a formação omnilateral, politécnica ou educação tecnológica. Dessa forma, o ensino médio integrado representa uma construção social e histórica de professores, pesquisadores, gestores e políticos que têm como horizonte a formação humana integral, fundamentada na integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura e que constituir-se como direito igualitário dos adolescentes, jovens e adultos de todas as classes sociais. Portanto, visa explicitamente, romper com a dualidade estrutural entre educação geral e formação profissional.

O movimento que vem ocorrendo no Estado do Paraná desde 2003 é emblemático no que se refere à decisão política e a adoção de medidas administrativas destinadas a implantar o ensino médio integrado à educação profissional em sua rede pública de educação. Representa o compromisso político e ético do poder público com a educação de qualidade para todos. Uma educação que dialoga com o mundo do trabalho, pois o adulto é essencialmente um sujeito produz a sua própria existência e a da sociedade por meio do trabalho. Entretanto, a formação integrada não se submete aos determinantes desse mundo do trabalho ou do *mercado de trabalho*. Ao contrário, problematiza-o, aprofundando-se nas discussões sobre a correlação de forças nele existente, contribuindo para que seus sujeitos dominem o conteúdo do seu próprio trabalho e possam estar mais bem posicionados na relação entre capital e trabalho.

Dante Henrique Moura

Professor do CEFET – Rio Grande do Norte

DEPOIMENTO: EM FAVOR DA MANUTENÇÃO DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO E PROEJA

O Ensino Médio Integrado corresponde a um desafio para todos aqueles que desejam um autêntico projeto democrático para o Brasil, em que a formação recebida pelos nossos estudantes seja muito mais que um mero adestramento para o mercado de trabalho, mas sim que aponte para um horizonte de efetiva justiça social, onde seja garantida uma formação plena, em que o domínio da ciência e da técnica esteja articulado com o trabalho e a cultura, portanto com uma **integração** de fato.

Desde 2007 tenho participado de vários eventos promovidos pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR) voltados para a Formação Continuada de docentes, visando uma melhor qualificação dos professores da Rede Pública Estadual na perspectiva do Ensino Médio Integrado, tanto no âmbito do chamado Ensino Regular quanto no do PROEJA. Ao longo desse período, chamou-me a atenção o esforço despendido tanto pelos colegas professores quanto pelos funcionários da SEED-PR na busca por uma educação que enfatizasse tanto os complexos processos tecnológicos do mundo do trabalho quanto as igualmente complexas relações sociais envolvidas em tais processos. Ao mesmo tempo, não posso deixar de mencionar o reforço das condições estruturais da Rede, tanto em seus aspectos físicos quanto nos administrativos, sempre focando no objetivo da educação de qualidade para todos, baseada numa concepção de superação da educação fragmentada, apoiando-se no fato de que a própria realidade não é fragmentada.

Ao se aproximar a data da eleição de 2010, não poderia me furtar a um posicionamento em favor da manutenção da oferta do Ensino Médio Integrado na Rede Pública do Estado do Paraná, por compreender que é desta forma que é possível uma elevação na formação de nossos jovens para enfrentar os desafios colocados nas suas diferentes trajetórias de vida.

Mário Lopes Amorim

Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) da
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

EM DEFESA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO QUE ATENDA AS NECESSIDADES SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA MAIORIA DA POPULAÇÃO

A defesa de política pública para a educação paranaense em todos os níveis e modalidades exige efetivamente ações que possam ampliar da oferta educacional de qualidade; ampliar os recursos para o financiamento educacional; melhorar e ampliar a estrutura física, operacional e de recursos pedagógicos e culturais para as escolas; ampliar e melhorar as condições de trabalho e salários para todos os servidores funcionários e professores das redes educacionais.

É, portanto, nessa direção que devemos nos manifestar defendendo políticas públicas no campo educacional que possam avançar no atendimento de necessidades sociais e educacionais da maioria da população paranaense.

Já vivenciamos na história política paranaense a implantação de políticas educacionais de cunho profundamente conservadoras e neoliberais que destruíram significativamente as já árduas condições sociais e particularmente educacionais do nosso Estado. Retroceder na direção de políticas conservadoras e neoliberais é sempre mais penoso e perverso para a maioria da população.

Roberto Antonio Deitos

Doutor em Educação. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(UNIOESTE)

AVANÇOS NA DIREÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO: ENSINO MÉDIO INTEGRADO E PROEJA NO PARANÁ

Ao acompanhar o processo de discussão para a revogação do Decreto 2208/97, o então Departamento de Educação Profissional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná fomentou a integração entre educação geral e profissional técnica de nível médio, dando início à retomada da oferta já em 2003. As discussões em torno da oferta curricular integrada, assumida como prioridade, apontavam na direção da formação do cidadão/aluno/trabalhador na perspectiva da politecnicidade. Com o fim de orientar o processo de implantação do Ensino Médio Integrado, em 2005, a SEED-PR consolidou o Documento intitulado *Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional do Paraná*, tendo como pressupostos epistemológicos a articulação da educação profissional com a educação básica e o trabalho como princípio educativo, dentre outros. As proposições desse Documento relacionam o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia como princípios fundamentais da constituição do currículo e da formação dos indivíduos. A referência às perspectivas postas pelo mundo do trabalho na contemporaneidade situa as proposições do Documento estadual em relação à dinâmica histórica de uma sociedade que se move entre continuidades e rupturas, e, enquanto documento de política pública, manifesta seu caráter de não neutralidade ao incorporar a dimensão contraditória da sociedade capitalista. A integração entre educação geral e formação profissional impôs repensar a organização pedagógica e curricular em bases que tencionassem as velhas formas marcadas pela simples justaposição de conteúdos. Destacou-se, nesse processo, a necessidade de articulação entre teoria e prática, entre ciência e técnica e reafirmou-se a necessidade de apreensão do significado histórico e social do trabalho. Nesse processo, evidenciou-se fundamental o papel da escola na construção e na busca da possível integração do “mundo da cultura” com o “mundo do trabalho”. A transposição dos desafios políticos, pedagógicos, epistemológicos e estruturais da construção de uma perspectiva curricular integrada foi igualmente tencionada pelos limites estruturais dessa sociedade. O caminho percorrido, no entanto, foi capaz de gerar a certeza de se estar produzindo, a partir do esforço conjunto dos sujeitos envolvidos, uma educação pública de qualidade superior. Essa construção se fez e se faz *no caminhar*; não está acabada, nem tampouco pode ser interrompida. Por ter tido o privilégio de fazer parte dessa história, me manifesto apontando a relevância dessa política, bem como a necessidade de que a mesma permaneça. Essa decisão compete ao gestor da política pública, mas também às escolas e aos sujeitos que dela fazem parte; compete, no entanto, em primeira e em última instância, à sociedade. Esta sim, balizadora dos desafios postos para a educação na contemporaneidade, não nos dá o direito de retroceder. Só nos resta, portanto, avançar.

Monica Ribeiro da Silva
Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Paraná